

# INTRODUÇÃO

*Dawisson Belém Lopes  
Marcos Antônio Alexandre  
Aziz Tuffi Saliba*

A África são muitas – e qualquer tentativa de compreendê-la está fadada à incompletude. A diversidade é demasiada. Idem para a complexidade. A modéstia, portanto, é boa conselheira para o empreendimento editorial que se segue. Não podemos prover, nesta coletânea, senão um esboço singelo do panorama africano. Tentaremos dar conta, telegraficamente, dessa incrível combinação de lugares e de desafios. Mesmo sabendo que, ao cabo, muito ficará para trás.

Tipicamente, a literatura agrupa, para fins de didatismo, o continente ancestral em África do Norte, Ocidental, Oriental, Central e do Sul.<sup>1</sup> Entre os países do Norte, Argélia, Egito, Líbia, Mauritânia, Marrocos, República Sarauí e Tunísia; na costa Ocidental, Benin, Burkina Fasso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo; na costa Oriental, Comoros, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Madagascar, Maurício, Ruanda, Seicheles, Somália, Sudão, Sudão do Sul, Tanzânia e Uganda; ao Centro, Burundi, Camarões, Chade, Togo, Congo, Guiné

---

<sup>1</sup> A União Africana também emprega essa tipologia.

Equatorial, Gabão, República Centro-Africana e São Tomé e Príncipe; ao Sul, África do Sul, Angola, Botsuana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue. Uma variância de dar vertigem.

Se, por um lado, o continente preferido de arqueólogos e antropólogos, também relegado a segundo plano, com muita frequência, por homens da economia e da política internacionais. A anedota dos livros de história serve para ilustrar o ponto: quando presidente dos Estados Unidos, George Walker Bush, o filho, apenas houvera pisado o território da África uma vez em sua vida, numa viagem à pequena Gâmbia, a mando de seu pai, antes de eleger-se para a Casa Branca em 2000. Àquela época, Stephen Smith, do diário francês *Le Monde*, já denunciava que os conflitos africanos custavam a vida de milhões de cidadãos. A aviltante marca de mortos chegava a 3 milhões na República Democrática do Congo, mais de 300 mil em Burundi, 200 mil em Serra Leoa, a mesma quantidade na Libéria. Para não mencionar focos de tensão como o Norte de Uganda, Angola, Somália e Sudão. Em uma comparação rápida, o jornalista mostrava a profundidade do fosso de cobertura midiática: os mortos civis durante a II Guerra do Iraque, liderada por Bush Jr., não chegavam a 5 mil, a despeito de todo o barulho que se fazia (SMITH, 2003).<sup>2</sup>

## África contemporânea e suas relações internacionais

A desastrosa intervenção na Somália, em 1993, traumatizou os formuladores de política externa, particularmente os defensores de maiores funções para a comunidade internacional e o concerto multilateral. O fantasma somali reaparece todas as vezes em que se contempla uma ação militar em território africano. O caos

<sup>2</sup> O número atualizado de mortos na II Guerra do Golfo é de aproximadamente 200 mil, segundo relatório da Universidade Brown, divulgado em 2018. Para mais, ver: 'GUERRA ao terror'..., 2018.

continuado que se abateu sobre a mãe África, em praticamente cada palmo de terra, acabou levando os países – e alguns atores em particular – a rever as rotas de ação.

O “jovem continente” – como é repetidamente chamado, por concentrar 40% de sua população abaixo da linha dos 15 anos de idade – encontra-se às voltas com uma miríade de males. AIDS, malária, cólera, subnutrição crônica e outras doenças sobrecarregam rotineiramente os sistemas de saúde pública; pobreza extrema, desigualdade, corrupção, baixos índices de industrialização e de urbanização, subdesenvolvimento e mazelas afins conformam um cenário economicamente insatisfatório; déficits de educação, democracia e segurança resultam em descontrole e má governança. Para o sociólogo espanhol Manuel Castells, a África seria uma espacialidade desconectada da rede global, desplugada da tomada (CASTELLS, 1999). Já Samir Amin, economista egípcio, destinava-lhe o epíteto “quarto mundo”, numa referência à ordenação de potências da Guerra Fria e ao mundo que emergiu com a queda do Muro de Berlim (IRELE; JEYIFO, 2010, p. 69). De um ou de outro jeito, o continente perdido, uma nova Atlântida das relações internacionais.

As visões pessimistas acima esboçadas contrastam com a brisa da mudança e dos avanços em agendas cruciais. O fim do *apartheid* na África do Sul, já nos anos de 1990, é marco hodierno, com desdobramentos benfazejos para todas as sub-regiões do continente (ALDEN; LE PERE, 2003). A figura de Nelson Mandela, presidente premiado com o Nobel da Paz, segue a inspirar os democratas de todos os quadrantes, com o seu exemplo de paciência e reconciliação. A recriação da Organização da Unidade Africana, original de 1963, rebatizada de União Africana no século XXI, dá continuidade ao pan-africanismo solidário de Kwame Nkrumah por outros meios, traçando planos ambiciosos – vide a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), de 2001. A Copa do Mundo de Futebol, em 2010, colocou a África no

mapa dos megaeventos globais, atizando o desejo de investidores e turistas. As placas tectônicas moviam-se.

Nessa época, aliás, Pretória tornou-se ícone da emergência africana. Desde 2010, como é sabido, a África do Sul passou a integrar o outrora promissor grupamento de grandes Estados do Sul Global – BRICS –, ombreando-se a Brasil, Rússia, Índia e China. Acrescente-se o ingresso do país no G-20, grupo das 20 maiores economias do planeta, reinventado no rescaldo da grave crise financeira de 2008-2009. Ainda que houvesse artificialidade nos arranjos, decorrente de heterogeneidade e falta de coordenação interna, aos olhos do mundo a nação democrática situada mais ao Sul do continente africano parecia credenciada a absorver novas responsabilidades e incumbir-se da representação regional de seus coirmãos nos fóruns globais. A miragem da potência desfez-se no curso de uma década, tal como uma duna no deserto do Saara. No plano regional, a concorrência com outros atores pela hegemonia africana – Nigéria, Egito, Gana, República Democrática do Congo, Quênia – só fez aumentar. As placas continuaram a mover-se (THIES; NIEMAN, 2017).

Falava-se, em editoriais de influentes veículos de comunicação europeus e americanos, em uma nova onda de colonialismo em direção à África. Dominique de Villepin, ex-chefe do Quai d’Orsay francês, afirmava há alguns anos:

Ao abrir as portas para um mundo novo, a queda do Muro de Berlim não se fez acompanhar pela pacificação esperada. [...] Cabe a nós fazermos da África a vanguarda de uma política que defenda os princípios de uma nova ordem mundial, marcada pelo respeito ao direito e pela primazia do diálogo (VILLEPIN *apud* SMITH, 2003, grifo nosso).

O tom civilizatório era o mesmo de sempre. Mas, no que diz respeito às atitudes, há agora uma diferença substancial: China e Índia, responsáveis por 12 e 6% das exportações locais,

respectivamente, não deixarão de exercer papéis na nova era. Seus investimentos maciços não dão margem a dúvida.

A recalitrante atitude da Casa Branca parece apontar para outro horizonte. Costumam dizer os especialistas que a política externa dos Estados Unidos é cíclica. Talvez até seja. A história é a mais fiel das testemunhas. O curioso é que, aos arroubos de unilateralismo, sempre se faziam acompanhar as ações militares. No entanto, o raciocínio não se aplica perfeitamente ao quadro africano. Se existem pretensões de Washington para além da ajuda humanitária ao continente – uma renovada “diplomacia do dólar”, mais sutil, menos intensa –, as justificativas para tentar intervir politicamente na região, hoje, passam não apenas por uma doutrina de contenção à China, senão também pela incansável missão autoinfligida de caça às bruxas terroristas, o que gera cooperação institucional em vários níveis, do Cairo a Abuja, sob a égide da securitização e do militarismo.

## **A Renascença Africana: perspectivas para o futuro**

O desenvolvimento econômico é palavra de ordem para as lideranças africanas de todas as filiações partidárias e localizações geográficas. Nada mobiliza mais. Diz-se inclusive que, se o século XXI é asiático, o próximo será africano. Trata-se de uma boa aposta, e há fundamentos objetivos para tal. Em larga medida, os 55 Estados soberanos que compõem o mosaico africano ainda pouco comerciam entre si. Os mercados consumidores subsaarianos são pequenos, com populações que não chegam a 10 milhões de pessoas em mais de 20 países. A reversão do quadro reclamaria maior integração entre eles, de modo a haver ganhos de escala. Com uma população economicamente ativa combinada de 1,1 bilhão de pessoas em 2034, a África deverá criar empregos em massa e, para tal, facilitar o tráfego de seus

trabalhadores, gerando dinamismo e disseminação de conhecimentos (NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL, 2017).

Obstáculos de monta permanecem, entretanto. Na média, um cidadão africano precisa de visto para ingressar em 41 dos 55 países do próprio continente. Isso diminui a mobilidade legalizada através das fronteiras, impactando negativamente a atividade econômica, num mundo marcado pelos fluxos e pela automação crescente. A pobreza persiste como problema fundamental na África: apesar dos progressos reportados no marco dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000-2015), hoje há, em números absolutos, mais pessoas pobres – tecnicamente falando – do que havia nos anos de 1990, em função do crescimento demográfico. A projeção do Banco Mundial é que, em 2050, mais de 2 bilhões de seres humanos habitem terras africanas. Além disso, o grau de informalidade econômica ainda é desproporcionalmente alto, alcançando cerca de 40% do PIB.

Muitas das preocupações dos tomadores de decisão na região, hoje, giram ao redor de: a) suprimento energético confiável, b) desenvolvimento de infraestruturas físicas, c) agregação de valor às cadeias locais de produção, d) integração dos meios rural e urbano no interior dos países, e) inserção das mulheres nos mercados profissionais, f) melhoria dos quadros regulatórios para atividades econômicas, g) desenvolvimento do pequeno comércio, h) maior integração intrarregional e incremento do fluxo de pessoas e mercadorias, i) observância de medidas sanitárias e fitossanitárias mais rigorosas, j) avanço da economia digital e h) projeção externa de uma África coesa e fortalecida. Esses objetivos, em associação com a sempiterna ideia do pan-africanismo, constam do documento *Agenda 2063: a África que queremos*, adotado pelos chefes de Estado e de governo presentes à 24ª Assembleia Geral da União Africana, em janeiro de 2015 (VICKERS, 2017).

A Agenda 2063 tornou-se, para todos os efeitos, síntese do esforço renascentista africano. Em conexão com os objetivos econômicos, bastante bem expressos no documento, também figuram princípios como a boa governança, o respeito aos direitos humanos, o império da lei e a democracia. Ainda que haja ameaças a direitos civis e políticos em tempos correntes, a disseminação desses ideais na África do século XXI parece digna de comemoração. Um papel deve ser reconhecido ao ganhês Kofi Annan, secretário-geral das Nações Unidas por dois mandatos (1997-2006), e seu evangelismo em favor da Carta da ONU. Annan propôs a interpretação, depois transformada em doutrina, de que a democracia, embora não prevista textualmente como requisito para um país tornar-se membro da Organização que ele liderava, consistia em um direito humano. A hábil operação hermenêutica frutificou em vários países.

As dificuldades que se oferecem para a concretização do plano de metas da Agenda 2063 não são desprezíveis. Além dos óbices mais evidentes, há os invisíveis a olho nu. Um deles é a percepção de que a União Africana e os valores que a embalam são “ocidentais” e, portanto, exógenos e atentatórios às tradições dos povos da região, dando brecha para um retorno simbólico – e, por que não?, até físico – do velho imperialismo. Em pesquisa realizada entre 2014 e 2015, o Afrobarômetro, organização que conduz pesquisas de opinião ao redor do planeta, promoveu cerca de 54 mil entrevistas em 36 países africanos e constatou, ao cabo, que o apoio à integração intrarregional era muito pequeno. Quando confrontados com a díade soberania/integração, a maioria dos cidadãos enfatizou o papel da soberania territorial e rejeitou, por exemplo, que alguma organização estrangeira pudesse ser incumbida de supervisionar eleições e violações de direitos humanos no território do seu país. Em 15 dos 36 países, os entrevistados sequer consideraram a mobilidade de pessoas e mercadorias como algo inerentemente bom.

Quem disse que o “renascimento” seria fácil? Nunca é. Ainda assim, as engrenagens da mudança estão operando em África. Propostas de mulheres e homens visionários envolvem redes de trens de alta velocidade, conectando todas as capitais africanas; a criação de uma universidade virtual pan-africana, acelerando a formação de capital humano local; a implementação do pasaporte africano, permitindo a livre circulação de pessoas pelas fronteiras do continente; o fim de todas as guerras e o desarmamento amplo; e o desenvolvimento de um programa espacial comum africano, primeiro do gênero em todo o mundo. Visto desse ângulo, o futuro é uma bela e luminosa promessa.

## **Localizando e especificando alguns desafios globais em África**

Mitigação de impacto ambiental é tema comum a todos os povos do mundo, mas a preocupação materializa-se distintamente em cada latitude. No continente africano, a produção e a deficiente gestão de resíduos sólidos urbanos situam-se entre as questões a pressionar autoridades governamentais, dado que, nos países subdesenvolvidos, o problema é agravado pela escassez de tecnologia e recursos financeiros. Há externalidades negativas, tais como a proliferação de vetores e roedores transmissores de enfermidades, a contaminação do ar pela queima de resíduos, a emissão de gases que resultam da putrefação da matéria orgânica, a deterioração da paisagem, a contaminação e a degradação dos solos e das águas pelos lixiviados, que pedem consideração nos termos da saúde pública.<sup>3</sup>

Há uma conexão óbvia entre a exploração ambiental e o desenvolvimento econômico, a qual comparece, dentre outras frentes, nos planos para alavancagem do comércio varejista africano. O surgimento de novos canais para as vendas não pode descurar

---

<sup>3</sup> Ver o Capítulo 1 desta coletânea.



o debate sobre o meio, sob pena de afastar os próprios investidores estrangeiros. A modernização traz custos, para o que convém tomar medidas concretas e, sem negar os desafios, incorporá-los ao cálculo estratégico. Em todos os sentidos, a educação ambiental constitui uma ferramenta de trabalho teórico-prático para compreender os modelos de desenvolvimento do mundo que nos rodeia e a sua relação com a saúde e o bem-estar da população – em África e alhures.<sup>4</sup>

Ainda no bojo da educação, como estimular o interesse de crianças e adolescentes em adquirir e produzir conhecimento em condições culturais, sociais, políticas e econômicas variadas? Ensinar qual língua? Ler e produzir qual literatura? Como favorecer o desenvolvimento de intercâmbios culturais e interações sociais em escolas públicas, com base em experiências locais? Como formar docentes capazes de compreender os processos de hegemonia cultural que se lhes impõem?

Um dos caminhos para estimular o engajamento social com as narrativas da educação, assim como para estabelecer relações entre estudantes em ambientes escolares variados, é a chamada educação transmídia.<sup>5</sup> Outra via é dialogar com as pesquisas que tematizam os lugares das línguas nativas e da língua do colonizador na alfabetização de jovens e adultos.<sup>6</sup> Também há que descolonizar currículos, de notada inspiração europeia, e trazer à tona a discussão sobre formas alternativas de produzir conhecimento, sobretudo por meio da Cooperação Sul-Sul.<sup>7</sup> Os experimentos pedagógicos no âmbito da lusofonia vêm avançando ao cotejar as realidades de lugares tão distantes e diversos quanto Brasil, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste, Cabo Verde e Moçambique, atentando para as prefigurações políticas e

---

<sup>4</sup> Ver o Capítulo 2 desta coletânea.

<sup>5</sup> Ver o Capítulo 4 desta coletânea.

<sup>6</sup> Ver o Capítulo 6 desta coletânea.

<sup>7</sup> Ver o Capítulo 5 desta coletânea.

históricas, as privações tecnológicas e os limites infraestruturais de cada ambiência.

Como se projeta, por volta de 2050, um em cada cinco seres humanos do planeta será africano. Desde o ano de 2000, pelo menos metade dos países do mundo com o maior índice anual de crescimento demográfico se encontra na África. Por volta de 2030, mais de 40% de todos os africanos ocuparão os estratos médio e superior das sociedades nacionais. À mesma época, prevê-se que o consumo na África atinja 2,5 trilhões de dólares norte-americanos (mais do que o dobro de hoje em dia). Ora: segurança alimentar, para uma população que cresce rapidamente, é prioridade. É preciso garantir esse suprimento de carboidratos e proteínas, imaginando desde já os gargalos que sobrevirão.<sup>8</sup> De lamentar-se, evidentemente, é o renitente foco nos aspectos militares da projeção do continente africano, em prejuízo de outras frentes – como combate à pobreza e às migrações descontroladas, melhoramento da governança democrática e luta anticorrupção.

O tema institucional, sobretudo na África subsaariana, merece reflexão apurada. Reputa-se à região a fama de ser uma das mais corruptas do mundo, embora tal rótulo esteja insuficientemente embasado em empiria. Trata-se de percepção generalizada, diante da carência estrutural e de outros déficits crônicos em diversas esferas sociais. A corrupção em África apresenta, alegadamente, duas tendências: a primeira é uma ênfase nas variáveis domésticas para explicar a corrupção nos países, obliterando a dimensão internacional do fenômeno; a segunda é a associação da corrupção à cultura, esvaziando o debate e seu enfrentamento político. Reposicionar a temática, trazendo a discussão para o domínio da governança e mobilizando o olhar comparativo, robustecerá e restituirá senso de proporção às análises. Convém voltar aos dados oficiais e relatórios de organizações que compõem a sólida

---

<sup>8</sup> Ver o Capítulo 3 desta coletânea.

arquitetura de governança regional e global anticorrupção para dar passos mais firmes nessa seara, evitando-se as conclusões prontas que a lente preconceituosa dá a ver.<sup>9</sup>

Outra dureza que perpassa a dimensão institucional é o câmbio de regime político. Ao Norte da África, desencadeou-se uma das mais importantes revoluções democráticas dos últimos tempos, dita Primavera dos Povos Árabes, cujos efeitos se fizeram sentir para bastante além do entorno territorial imediato. A Tunísia contemporânea constitui laboratório de evoluções e aventuras, revoltas e mutações, transformações e bloqueios, fracassos e sucessos desde o ano da graça de 2011. O país foi atravessado por uma torrente de demandas políticas, econômicas, sociais e culturais. Com a derrubada do regime de Zine El Abidine Ben Ali, no poder há 23 anos, em 14 de janeiro de 2011, Túnis assistiu à eleição de três presidentes por meios democráticos; e também conheceu, às vezes com grandes dificuldades, uma sucessão de governos resultantes de eleições legislativas pluralistas. A nação a um só tempo africana e árabe tem, portanto, múltiplas características que a tornam um estudo de caso relevante das metamorfoses da última década.<sup>10</sup>

Na África, o objetivo de lidar regionalmente com a prevenção e gestão de conflitos e a busca de aumentar a estabilidade regional e as conexões comerciais e de infraestrutura entre os países permeiam as ações de diferentes organizações – vide a União Africana e a SADC, Southern African Development Community. O regionalismo é também uma instância para gerenciar crises democráticas, turbulências políticas e questões econômicas, a fim de aumentar a confiança e a estabilidade na relação entre os Estados. Na costa Ocidental, um dos projetos mais importantes de regionalização africana – a Ecowas, Economic Community of West African States – vem gerando frutos promissores, a

---

<sup>9</sup> Ver o Capítulo 7 desta coletânea.

<sup>10</sup> Ver o Capítulo 8 desta coletânea.

despeito dos obstáculos de monta. Trata-se, provavelmente, da organização regional mais resiliente e ativa entre todas as sub-regiões do continente africano, atuando em negociações e acordos comerciais como bloco, tendo como um de seus membros fundadores a Nigéria, hoje a maior economia do continente. A análise empírica do regionalismo no Sul Global e seus efeitos nas dimensões de comércio e de proteção da democracia parece-nos imprescindível para o estado da arte, uma vez que a literatura sobre o tema acusa falta de conhecimento acumulado para além do caso europeu.<sup>11</sup>

A diáspora africana, usualmente abordada em sua angulação trágica, também recebe, nesta obra coletiva, olhar artístico. Não que sejam elementos absolutamente dissociados – tragédia e arte. Muito pelo contrário. A questão da estética, da memória e das mudanças na África são levantadas sob uma variedade de perspectivas. Estudiosos europeus alegaram, por longa data, que a África não podia produzir estética, material ou imaterial, para compartilhar com o mundo, pois seu passado era vazio, destituído de facticidade histórica. Infelizmente, tais argumentos disseminaram-se e influenciaram a narrativa canônica, induzindo à colonização “justificada”, à escravidão e à violência multidimensional. Impôs-se a modernidade ao Sul, especialmente à África.<sup>12</sup>

A despeito dessas práticas de dominação, contribuições de pensadores do nosso tempo, como o congolês Valentin-Yves Mudimbe e o camaronês Achille Mbembe, alcançaram alturas espetaculares, conjugando descobertas de arqueólogos, historiadores, historiadores de arte, antropólogos, linguistas, culturalistas, musicólogos e filósofos em estudos interdisciplinares nascidos em África, ou baseando-se em saberes locais. Ora: a África sempre foi continente culturalmente vibrante e rico – mesmo que a colonização e a escravidão a tenham prejudicado de várias

---

<sup>11</sup> Ver o Capítulo 9 desta coletânea.

<sup>12</sup> Ver o Capítulo 10 desta coletânea.

maneiras. É sinal conspícuo de ignorância profunda ir na direção argumentativa oposta. Qualquer observação desinteressada poderá confirmá-lo. Tomem-se os hinos e cânticos de futebol em Moçambique e Angola, ex-colônias portuguesas na África. São manifestações culturais populares poderosas e dotadas de beleza que, inegavelmente, embebidas estão nos processos coloniais e civilizacionais aos moldes ocidentais.<sup>13</sup>

Dar vazão a novos olhares sobre o continente ancestral, sob uma multiplicidade de sensibilidades, a partir de enquadramentos plurais – eis a razão de ser da coleção Desafios Globais. É preciso buscar conhecer tais realidades planetárias e, na medida das possibilidades, tentar dar-lhes sentido. Se esta introdução for exitosa em suscitar no leitor curiosidade e desejo de ir um pouco além, palmilhando os 11 excelentes capítulos que compõem o livro, terá sido um começo.

## Referências

ALDEN, C.; LE PERE, G. *South Africa's Post-Apartheid Foreign Policy: From Reconciliation to Revival?* Oxford: Oxford University Press, 2003.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

‘GUERRA ao terror’ dos EUA matou cerca de 500 mil pessoas, segundo estudo. *O globo*, 8 nov. 2018 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/guerra-ao-terror-dos-eua-matou-cerca-de-500-mil-pessoas-segundo-estudo-23221541>. Acesso em: 26 maio 2020.

IRELE, F. A.; JEYIFO, B. (ed.). *The Oxford Encyclopedia of African Thought*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL. *Le monde en 2035 vu par la CIA: le paradoxe du progrès*. Paris: Éditions J'ai Lu, 2017.

SMITH, S. Continente perdido. *Folha de S. Paulo*, 10 jul. 2003. (Originalmente publicado no diário *Le Monde*).

---

<sup>13</sup> Ver o Capítulo 11 desta coletânea.

THIES, C.; NIEMAN, M. D. *Rising Powers and Foreign Policy Revisionism: Understanding BRICS Identity and Behavior Through Time*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2017.

VICKERS, B. *A Handbook on Regional Integration in Africa: Towards Agenda 2063*. London: Commonwealth Secretariat, 2017.